



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM INFORMATIVO Nº 208

SETEMBRO DE 2011

No mês de Setembro de 2011 realizaram-se duas sessões do plenário do Conselho Superior do Ministério Público, nos dias 6 e 20, e duas sessões das secções de classificação e uma da secção disciplinar, todas no dia 27.

SESSÃO PLENÁRIA DE 6 DE SETEMBRO DE 2011

PRESENCAS

A sessão foi presidida pelo Senhor Procurador-Geral da República, Dr. Fernando José Matos Pinto Monteiro.

Estiveram presentes os Senhores Membros do Conselho, Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Coimbra e Évora, respectivamente, Drs. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Euclides José Dâmaso Simões e Luís Armando Bilro Verão; Procurador-Geral Adjunto, Dr. António Paulo Barbosa de Sousa; Procuradores da República, Drs. António José Silva Andrade Romão e Carlos Adérito da Silva Teixeira; Procuradores-Adjuntos no Departamento de Investigação e Acção Penal do

Porto, na Comarca do Baixo Vouga – DIAP de Aveiro, na Comarca Grande Lisboa Noroeste – Sintra, e na Comarca de Setúbal, respectivamente, Drs. Maria Isabel Moreira da Silva Varandas Fernandes, Catarina de Almeida Cavaco Elvas, José Carlos de Jesus Ferreira Fernandes e Antero José Morais Taveira; os Senhores Membros eleitos pela Assembleia da República, Drs. Júlio Castro Caldas, António José Barradas Leitão e Guilherme Victorino Guimarães da Palma Carlos e Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos, bem como um dos membros designados pelo Ministro da Justiça, Professor Doutor Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva.

Estiveram ausentes os Senhores Dr. Alberto José Pinto Nogueira e Dr. José António de Melo Pinto Ribeiro.

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, Dr. Carlos José de Sousa Mendes.

PONTO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

TABELA

PEDIDOS DE PARECER

1 - Projecto de Proposta de Lei que altera a Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho, a qual regula a competência, organização e funcionamento dos Julgados de Paz e a tramitação dos processos da sua competência.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho, após debate em que usaram da palavra os Senhores Drs. Barradas Leitão (relator), Júlio Castro Caldas, Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos,

Drs. Francisca Van Dunem, Carlos Adérito Teixeira e Euclides Dâmaso e o Conselheiro Procurador-Geral da República, aprovou o parecer elaborado pelo Senhor relator.

2 - Projecto de Proposta de Lei que aprova a Lei de Arbitragem Voluntária.

Relator: Dr. **Carlos Adérito Teixeira**.

O Conselho, após debate em que usaram da palavra os Senhores Drs. Carlos Adérito Teixeira (relator), Júlio Castro Caldas, Francisca Van Dunem, Professor Doutor José Luís Ramos e o Conselheiro Procurador-Geral da República, aprovou o parecer elaborado pelo Senhor relator.

3 - Projecto de Proposta de Lei que prevê a possibilidade de encurtar o período de estágio de ingresso dos magistrados em formação.

Relator: Dr. **Paulo de Sousa**.

O Conselho, após debate em que usaram da palavra os Senhores Drs. Paulo de Sousa (relator), Catarina Elvas, Carlos Adérito Teixeira, Francisca Van Dunem e o Conselheiro Procurador-Geral da República, aprovou o parecer elaborado pelo Senhor relator.

4 - Projecto de Proposta de Lei que cria equipas extraordinárias de juízes tributários.

Relator: Dr. **Luís Bilro Verão**.

O Conselho, após ouvir a exposição sucinta e comentários do Senhor relator acerca do conteúdo do parecer, aprovou o mesmo.

5 - Projecto de Proposta de Lei que regula a Mediação Pública e procede à transposição da Directiva n.º 2003/52/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Maio de 2008, relativa a certos aspectos da mediação em matéria civil e comercial.

Relator: Dr. **Castro Caldas**.

O Conselho, após ouvir a exposição sucinta e comentários do Senhor relator acerca do projecto de proposta de lei em causa, deliberou no sentido de ser elaborado sucinto parecer pelo Senhor relator para ser enviado ao Ministério da Justiça no dia seguinte ao da presente sessão e isto sem prejuízo de, oportunamente e em sede de alterações na especialidade, poder voltar a analisar a matéria.

FORMAÇÃO CONTÍNUA

Plano de Formação Contínua e Cursos Complementares do Centro de Estudos Judiciários – 2011/2012.

Relator: Dr. **Barradas Leitão**.

O Conselho, após debate em que usaram da palavra os Senhores Drs. Barradas Leitão (relator), António José Romão, Antero Taveira e José Carlos Fernandes, deliberou aprovar os critérios para a concessão das autorizações de frequência de acções e cursos do CEJ para 2011/2012.

REQUERIMENTOS

Pedido de autorização de candidatura a Perito Nacional destacado da EUROJUST, apresentado por Procuradora da República no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

O Conselho, após debate em que usaram da palavra o Conselheiro Procurador-Geral da República e os Senhores Drs. Paulo de Sousa (relator), Euclides Dâmaso, Bilro Verão e Francisca Van Dunem, deliberou **indeferir** o pedido, tendo em consideração os seguintes fundamentos:

- Grave carência de magistrados do Ministério Público o que, aliás, já originou que este Conselho se pronunciasse no sentido do encurtamento de estágios do XXVII Curso;
- Compromissos assumidos pelo Estado na diminuição das pendências nos Tribunais;
- Necessidade de não depauperar o quadro do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa;
- O lugar para o qual pretende candidatar-se não se destina a reforçar a equipa de membro nacional do EUROJUST e não tem que ser preenchido necessariamente por magistrado do Ministério Público; e
- Sucessão de comissões, fora dos tribunais, para além do que o Conselho tem vindo a considerar adequado.

Votaram contra o indeferimento o Conselheiro Procurador-Geral da República e os Senhores Professor Doutor Rui Alarcão e Drs. Francisca Van Dunem e Barradas Leitão.